

II INTERNATIONAL MEETING OF ISSOW

Work, Professions and Organizations: Tensions, Paths and Public Policies

24-25 November 2016 :: Caparica, Portugal - Faculty of Sciences and Technology (FCT NOVA)

Theme 5): Labour Market

Mobilização em movimentos sociais: uma análise psicossocial da 20ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo - Brasil

Suélen Cristina de Miranda

suca_miranda@hotmail.com

Mestranda em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Brasil

Débora Laís Silva de Oliveira

debora__lais@hotmail.com

Mestranda em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Brasil

Resumo

A expressão “novos movimentos sociais” passou a ser utilizada para referir-se a certas configurações de ação coletiva (que ocorreram nas sociedades ocidentais a partir da segunda metade da década de 1970), caracterizadas pelo protagonismo heterogêneo de indivíduos e grupos, que partem de uma perspectiva transcultural e destacam a relevância da identidade. Nesse cenário, a psicologia social contribui para uma análise ampliada do fenômeno, que considera tanto a conjuntura quanto os aspectos psicossociais e une dialeticamente as dimensões individuais e políticas. Deste modo, este trabalho teve como objetivo analisar a mobilização para participação na Parada do Orgulho LGBT 2016 de São Paulo. Utilizou-se como método de coleta de dados entrevistas semiabertas realizadas com participantes do evento. A análise foi realizada a partir da dialética particular-universal, na qual a compreensão do processo de socialização como constituinte da identidade (individual e coletiva) possibilitou relacionar a memória histórica do movimento LGBT com o evento analisado e os participantes entrevistados. Por fim, constatou-se que a atribuição festiva possibilita uma maior visibilidade social ao evento, enquanto seu aspecto político pode ser demarcado pela contestação a heteronormatividade instituída. A participação no evento (mesmo com interesses diversos) possibilita uma metamorfose identitária, seja pelo rompimento com a normatividade cotidiana, seja pelo reconhecimento à imagem positiva do grupo, que interferem na autoimagem dos participantes e nos sentidos atribuídos a história pessoal. As conquistas do movimento associadas a garantia legal de igualdade sem distinção ainda não alcançaram uma mudança na realidade, esta enquanto construção social e histórica. As relações sociais seguem permeadas por preconceitos e estereótipos, de modo que a parada aparece como um grito coletivo de um público que teve sua voz destituída por séculos e que busca respeito e não tolerância.

Palavras chave: Novos movimentos sociais, Mobilização, Identidade, Consciência política, Carnavalização.

Introdução

No contexto dos estudos de movimentos sociais, a expressão “novos movimentos sociais” passou a ser utilizada para referir-se a certas configurações de ação coletiva que ocorreram nas sociedades ocidentais a partir da segunda metade da década de 1970. Tais ações se caracterizam por serem protagonizadas por uma gama heterogênea de indivíduos e grupos, que impossibilitam a classificação em posições estruturais estáveis e definidas (Laranã, 1999). Além disso, nenhum ator pode ser definido socialmente por sua participação em um movimento, já que o compromisso com uma “causa” não abarca a pluralidade de papéis desempenhados nos mais variados subsistemas (Melucci, 1999).

Deste modo, os “novos movimentos sociais” resultam de conflitos antagônicos e seus objetivos não são mais a conquista de bens materiais ou uma maior participação no sistema, mas projetos culturais e simbólicos que modificam a ação social e atribuem significados diferenciados ao estabelecido, a partir da crença de que é possível mudar a vida cotidiana por meio de mudanças mais amplas na sociedade. Combinam, assim, o aspecto de luta social com o aspecto de luta dos “excluídos”, pela inclusão no campo da cidadania (Melucci, 1999).

Tais mudanças de configuração da ação coletiva trouxeram para primeiro plano a relevância da identidade, tanto a pessoal ligada aos sujeitos envolvidos quanto a coletiva relacionada aos movimentos em si, que são sempre associados a um conjunto de símbolos, valores e crenças (Laranã, 1999). Assim sendo, houve também uma modificação nas áreas de especialização que se interessam pelo assunto, antes sob monopólio das ciências políticas e sociais. Sandoval (1989b) aborda a crise da sociologia ao pesquisar os movimentos sociais e aponta as contribuições que a psicologia social possibilitou na análise destes, uma vez que subestimar a complexidade da dinâmica interna dos movimentos diante de questões macrossociais pode prejudicar sua capacidade explicativa. O autor explicita, então, que a psicologia social enfoca os determinantes das dinâmicas internas e externas dos movimentos sociais, a partir de uma perspectiva psico-sociológica.

Nessa perspectiva, as situações que mobilizaram e conscientizaram os indivíduos a lutar contra as políticas institucionais, unem-se ao movimento social no contexto que lhes couberem (ou que for possível). E, diante da conjuntura, é que será possível participar (ou não) de maneira consciente (ou não) dos movimentos sociais. Assim, Laraña (1999) reforça que uma das características dos “novos movimentos sociais” é justamente a união entre as dimensões individuais e políticas, que irão motivar (ou não) a participação.

Sendo assim, este estudo tem por objetivo analisar a mobilização para participação em um dos maiores movimentos sociais da cidade de São Paulo - A Parada¹ do Orgulho LGBT 2016. Para tanto, partirá de uma compreensão a respeito do processo de socialização como constituinte da identidade (individual e coletiva) e de uma retrospectiva histórica do movimento LGBT, para

¹ A “Parada do Orgulho LGBT” recebe o nome de “Gay Pride” nos Estados Unidos; “Marcha Nacional do Orgulho LGBT” em Portugal; “Manifestación del Orgullo LGBT” na Espanha.

compreender as entrevistas realizadas a partir de sua dialética particular-universal, ou seja, analisando a consciência política dos entrevistados em relação a um movimento que se caracteriza, ao mesmo tempo, como festivo e político.

Ressalta-se que tal discussão tangencia o mundo do trabalho e das organizações, uma vez que por tempos, o mercado de trabalho, bem como a vida social, era um espaço para o homem provedor (homem enquanto gênero e não espécie). E, o diferente disso, era recusado, não reconhecido ou mal remunerado. Por essa razão, alega-se que o movimento social aqui abordado vem requerer não só um espaço na sociedade como algo genérico, mas associado a maiores direitos, inserção social e laboral.

Possibilidades individuais e coletivas: o fenômeno da socialização

A partir do momento que a Psicologia passou a se interessar pelos movimentos sociais enquanto objeto de estudo, trazendo a importância dos aspectos psicossociais e da formação humana para a compreensão destes fenômenos, um dos autores que se destacou foi George Herbert Mead da Escola de Chicago, quando este rompeu com as ideias positivistas e individualistas de comportamento e denominou-se um behaviorista social. A proposta de Mead ultrapassa o observável e o quantificável, em busca de compreender a consciência e a intencionalidade individual em meio as relações, definindo a consciência como uma questão social e dialética, que possibilita a inserção social do sujeito (Souza, 2006).

Neste sentido, a expressão do *self* é constituída por dois componentes indissociáveis: o “mim” e o “eu”. Por meio do “mim”, a pessoa reproduz a internalização da comunidade cultural - regras sociais, aprendizagens, valores, crenças e orientações sociais de gênero - segundo a própria assimilação. Já o “eu” se expressa como reação às contradições da sociedade internalizada pelo “mim”, caracterizando-se como uma reação criativa e inusitada do sujeito às ações sociais (Souza, 2006). A sociedade transmite seus valores, através dos adultos, para as novas gerações, mas cada pessoa tende a vivenciar de maneira diferente tais experiências. É um torna-se humano (Ciampa, 1997).

Compreende-se, então, que a humanização ocorrerá na relação com um ambiente natural, cultural e social determinado, mediatizado por outros significativos – representados, na grande

maioria das vezes, pela instituição familiar e suas composições diversas - de acordo com sua história pessoal e localização na sociedade (Berger e Luckmann, 2004).

Deste modo, apesar do ser humano apresentar-se como um ser de possibilidades, a sua humanização e a conseqüente concretização dessas possibilidades estão diretamente relacionadas às condições histórico-sociais nas quais o indivíduo está inserido. A socialização gera a individuação. Nisso, destaca-se a importância da socialização no processo de composição da identidade. Identidade que se dá nas relações sociais e sempre é uma questão social, política e ideológica, tanto no que tange a sua dimensão pessoal quanto coletiva. Em outras palavras, a socialização articula aspectos macrossociais com microssociais, de maneira que “o singular materializa o universal na unidade do particular” (Ciampa, 1995, p. 227).

Nesse processo, o sujeito pode, ao incorporar as políticas identitárias (“mim”), reagir com criticidade as imposições sociais contraditórias (“eu”), sendo o expoente da contradição. É um agir que questiona as imposições sociais e, por esta razão, requer conscientização, para a qual a memória histórica e política demonstra-se imprescindível.

Aprofundando o objeto de estudo: um mergulho na história da maior Parada do Orgulho LGBT do mundo

É comum pensar os acontecimentos ocorridos em Stonewall como bases para o movimento homossexual, porém de acordo com Silva (2006), estas bases devem ser buscadas na Alemanha do século XIX, na qual ocorre as primeiras manifestações públicas em defesa da emancipação de homossexuais, embora ainda pautadas nos discursos médicos e religiosos de “aberração patologicamente comprometida” e que foram interrompidas pelo surgimento do Nazismo.

Todo esse movimento influenciou a criação da primeira organização gay nos Estados Unidos, a *Sociedade para os Direitos Humanos*, em 1913, não por coincidência fundada por um imigrante alemão, que precisou enfrentar o clima apolítico dos militantes homossexuais estadunidenses caracterizados somente pela evasão e pela diversão em “guetos gay”.

A tomada de consciência social começou a acontecer com a Segunda Guerra Mundial, na qual se estabeleceram duradouras redes sociais que possibilitaram a percepção por parte dos homossexuais de que eles não estavam sozinhos, e sim em número suficiente para se organizar e

reivindicar por seus direitos.

Tais acontecimentos tornaram possível o surgimento da *Matachine Society* em 1951, primeira organização declaradamente militante e reivindicativa, de perspectiva marxista, cuja ideias de minoria cultural socialmente oprimida rompia com as ideias de anormalidade ou maldição defendidas pelos militantes europeus. Não obstante, tais ideais encontraram resistência dentro da própria organização, que passou a ser dividida em dois grupos, os radicais separatistas e os assimilacionistas, divisão que de certo modo representa o ainda vigente conflito existente no movimento LGBT. Em 1955 foi fundada a associação *Filhas de Bilitis*, primeira organização lésbica e que detinha uma orientação extremamente conservadora (Silva, 2006).

Em 1961 ocorreu a *Conferência Norte-Americana de Organizações Homófilas – NACHO* com o objetivo de organizar congressos periódicos e traçar estratégias para a ação coletiva, como a supressão das operações encobertas da polícia. E foi justamente essa pauta de discussão que desencadeou os acontecimentos que constituíram um marco do movimento, quando em 28 de junho de 1969, o “bar *Stonewall Inn*, frequentado majoritariamente por homossexuais, que ficava na região conhecida como o ‘gueto homossexual’ da cidade, foi invadido por forças policiais decididas a reprimir a concentração de gays e lésbicas no local” (Trindade, 2011, p. 74). Mas, o que se seguiu foi uma forte resistência dos frequentadores, a quem se juntaram cerca de duas mil pessoas para um protesto que se estendeu por quatro dias.

A importância desses dias ficou tácita quando, um ano depois, 10 mil homossexuais provenientes de todo o país marcharam por Nova York, evidenciando a disposição para seguir lutando por seus direitos, explícita na criação de centenas de Frentes de Liberação Homossexual, de tal modo que o dia 28 de junho passou a ser considerado como o Dia Internacional do Orgulho Homossexual ou LGBT (Silva, 2006).

Em 1978 foi fundada, na Inglaterra, a *Associação Internacional de Lésbicas e Gays – ILGA*, considerada a maior e mais antiga organização transnacional em atividade, que juntamente com outras associações internacionais, conquistaram importantes avanços, como a retirada da homossexualidade da lista de patologias psiquiátricas da *Organização Mundial de Saúde – OMS* e da *American Psychiatric Association – APA*, além da despenalização da homossexualidade em países como Equador e Chipre.

A ILGA realizou conferências em diversos países, e no Brasil contribuiu para o surgimento da I Parada do Orgulho LGBT, em 1995, no Rio de Janeiro, realizada em comemoração ao encerramento do congresso. Essa e outras marchas tiveram suas raízes na *I Gay Pride* estadunidense, realizada em junho de 1970 na cidade de Nova York, e na *I Gay Pride* da cidade de São Francisco em 1972, que logo se tornou a maior dos Estados Unidos e, por um longo período, a maior *Gay Pride* do mundo. Esses movimentos vieram para romper com a marca do movimento LGBT até então, no caso a violência, para caracterizá-lo como um movimento ao mesmo tempo político e lúdico (Silva, 2006).

A respeito das pautas reivindicatórias das paradas, Silva (2006) defende que, da mesma forma que não se pode falar em um movimento LGBT unitário e sim em movimentos LGBT, também não se pode falar de pautas de reivindicação unívocas, uma vez que elas variam de acordo com o contexto sócio histórico no qual estão inseridas, embora algumas questões sejam recorrentes, como as parcerias civis, a proteção jurídica igualitária e o reconhecimento dos direitos LGBT como direitos humanos, a não-discriminação social e laboral e a luta contra a homofobia.

No Brasil, os movimentos LGBT ganharam força ao longo das décadas de 1970 e 1980 por conta do processo de redemocratização do país, de modo que o fortalecimento da emergente classe média urbana com o período de intenso crescimento econômico facilitou a associação com outros movimentos, como o feminista e o negro, em busca da igualdade nas relações interpessoais.

Nesse cenário, a questão da homossexualidade passou a ser retratada nas artes, na publicidade, no teatro e nas publicações, provocando o surgimento do *Movimento de Libertação Homossexual*, em 1975, além de uma série de debates que possibilitaram uma mudança na compreensão da homossexualidade como condição universal atravessada por dimensões de classe e raça e que, portanto, era passível de uma militância crítica a respeito de uma heterossexualidade obrigatória.

O surgimento dessas ações possibilitou uma mudança no cenário político da homossexualidade no Brasil, visto que levou à formação de inúmeros grupos militantes por todo o país, que por sua vez organizaram o *I Encontro de Homossexuais Militantes*, em 1979, e o *I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados – EBHO*, em 1980.

Entretanto, essa mobilização gerou uma operação extremamente violenta por parte da polícia paulista, que espancou e prendeu dezenas de homossexuais, travestis e prostitutas, sob acusação de atentado violento ao pudor ou vadiagem. Contra tamanha violência, os movimentos homossexuais, feministas e negros organizaram, em junho de 1981, uma passeata que reuniu cerca de dez mil pessoas, “sendo esta uma das mais importantes mobilizações de homossexuais ocorridas durante a ditadura e mesmo durante a história nacional, nem tanto pela quantidade de pessoas, mas por seu significado político” (Silva, 2006, p. 206).

Nesse período também se vivenciou o surgimento da Aids, designada frequentemente como “câncer gay”, o que gerou um aumento dos discursos homofóbicos e moralistas, embora também tenha provocado um efeito positivo para os movimentos LGBT ao criar redes de solidariedade independentes da orientação sexual, que geraram uma maior compreensão da sexualidade humana. Portanto, as ONGs voltadas para a Aids possibilitaram a circulação, de qualidade, de informações a respeito da homossexualidade, além de promoverem espaços de socialização política (Silva, 2006).

No ano de 1992 o VI *Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados – EBHO* marcou a retomada do crescimento dos movimentos LGBT. No ano de 1993 aconteceu o primeiro *Encontro Nacional de Travestis e liberados em DST/Aids – ENTLAIDS*, gerando uma mobilização da população de Transgênero em defesa de seus direitos. Esse grupo também passou a ser representado pela fundação da *Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis – ABGLT*, em 1995, e a figurar no IX *Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis – EBGLT*, em 1997 (Silva, 2006).

Ainda em meados do anos 90, foi criado o conceito GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes, uma invenção brasileira que esconde preconceitos e estereótipos, pois, ao invés de promover a integração entre os universos homo e hetero, “o S passa, então, a ser um escudo protetor contra a visibilidade, a exposição pública, funciona como uma nova espécie de ‘armário seguro’, [...] permitindo maquiar a real condição identitária dos sujeitos sem que [...] ele tenha que se exilar nos subterrâneos do controle social” (Silva, 2006, p. 270). O autor segue defendendo que esse conceito, além de caracterizar-se como um fenômeno mercadológico, atende as necessidades da sociedade tradicional que, para manter seu controle sobre as minorias e esconder suas

contradições, realiza concessões mínimas.

A despeito dessas ambivalências, o surgimento de uma “cultura GLS”, somado ao fortalecimento dos movimentos de homossexuais e transgêneros, contribuiu para a construção de uma consciência coletiva e, conseqüentemente, para o surgimento das Paradas do Orgulho LGBT no Brasil.

A história das paradas na cidade de São Paulo tem início em 28 de junho de 1996, quando cerca de 200 manifestantes – militantes, travestis e punks, que se solidarizavam com as reivindicações do movimento – reuniram-se na Praça Roosevelt para celebrar o Dia Internacional do Orgulho LGBT e rememorar os acontecimentos de *Stonewall*.

Nessa primeira manifestação, com traços marcadamente políticos, despontaram importantes lideranças que passaram a organizar a próxima manifestação, a ser realizada no ano seguinte na Avenida Paulista. Mesmo sem conseguir a autorização dos órgãos públicos responsáveis, a chamada *I Parada do Orgulho GLT* foi realizada no local pretendido, tendo reunido cerca de duas mil pessoas que seguiram vitoriosos até a Praça da República. “O sucesso da primeira edição da Parada do Orgulho Gay, que conserva ainda seu formato e consagrou a Avenida Paulista como centro [...] dessa manifestação, abriu novos canais de comunicação entre os ativistas e outras instituições” (Trindade, 2011, p. 78).

A II Parada foi marcada por um investimento maior por parte do mercado GLS e pelo aumento do discurso sindical, enquanto a III Parada inovou com o acolhimento do grupo de bissexuais ao movimento, que passou a chamar, então, *Parada do Orgulho GLBT*, além de incentivar a criação da *Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo – APOGLBT*, em 1999.

A III Parada marcou ainda a aproximação dos elementos de festa e de política, até então inconciliáveis, e assim passou a fazer parte do calendário oficial da cidade de São Paulo. Isso trouxe conseqüências positivas, como o patrocínio municipal, mas também negativas, como uma maior tutela do poder público, que traz como desafio constante para o movimento a manutenção de sua autonomia enquanto movimento social frente a essa lógica controladora (Silva, 2006).

A IV Parada fora caracterizada pela sua consolidação como evento nacional, do qual participavam caravanas de todo o país, além da ampliação do número de expectadores e, infelizmente, do aumento dos assassinatos por homofobia, como conseqüência da maior

visibilidade gerada pelo movimento.

Já a V Parada ficou conhecida pelo início dos patrocínios de empresas privadas não relacionadas aos movimentos GLBT e pela presença de crianças, idosos e famílias inteiras para assistir ao evento. O significativo e espantoso crescimento da VI Parada tornou o evento de São Paulo o maior evento de cidadania GLBT do mundo, além de ter colocado o Brasil em segundo lugar no número de Estados que realizam esse tipo de manifestação (Silva, 2006).

Antecedendo a VII Parada, teve início a *Caminhada de Mulheres Lésbicas e Simpatizantes*, que permanece até hoje como uma forma de protesto por parte das mulheres que não se sentem representadas pela Parada por conta da predominância de gays, embora defendam que sua participação no evento seja importante para se assumir enquanto parte da comunidade GLBT (Silva, 2006).

Do mesmo modo, a IX Parada inovou por uma arrecadação recorde de alimentos, sua caracterização como o maior evento turístico da Capital e pela realização da primeira pesquisa sobre Direitos Humanos e Violência.

A X Parada foi marcada negativamente pela tentativa da Prefeitura de mudar o local do evento para a avenida 23 de maio, no intuito de diminuir a visibilidade da manifestação, e a assinatura do *Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)* para viabilização da Parada no local de costume (Silva, 2006; Trindade, 2011).

Desta forma, a recapitulação das primeiras edições da Parada demonstra como o evento se consolidou no formato atual, no qual mantém-se os temas centrais, o percurso inicial e a união do caráter político com o aspecto festivo, embora se tenha promovido, em 2008, uma alteração na ordem das letras de GLBT para LGBT, de modo a dar maior visibilidade as lésbicas, além da mudança na data de realização do evento que, por conta do aumento do número de participantes e de sua importância turística, passou a ser fixada no feriado de Corpus Christi.

A 20ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo em análise

A partir de entrevistas semiabertas, conduzidas por meio de questionários com perguntas abertas e fechadas, realizadas com 16 participantes da 20ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, foi

possível levantar alguns dados a respeito da caracterização social destes, bem como aspectos envolvendo a mobilização para a participação e a consciência política.

Dos entrevistados, 50% possuem de 15 a 24 anos enquanto 44% possuem idade entre 25 a 59 anos, denominados pelo IBGE, respectivamente, de jovens e adultos. Tal característica está de acordo com Laraña (1999) quando este afirma ser os "jovens" os que majoritariamente integram os novos movimentos sociais, esclarecendo que o fator idade tem sido relativizada e analisada muito mais em sua perspectiva cultural (atitudes e estilos de vida) do que a biológica. Assim, ressalta que "ser jovem" está ligado a um sentimento de incompletude e, conseqüentemente, abertura a mudanças e buscas de novos significados. Não obstante, a presença de uma pessoa "idosa" entre os entrevistados, extremamente ativa e engajada, demonstra a importância das relações intergeracionais para a manutenção de uma cultura opositiva às posições dominantes, uma utopia de resistência ligada ao movimento que já perdura por décadas.

Todos os entrevistados residem no Estado de São Paulo, sendo que 44% ocupam a categoria de "assalariado", enquanto "estudantes" e "desempregados" atingem 19% cada. Em relação à escolaridade, 44% registrou possuir "ensino médio completo", enquanto as categorias de "ensino médio incompleto", "ensino superior completo" e "ensino superior incompleto" registraram 12,5% cada. Ressalta-se que 63% dos entrevistados consideram-se pertencentes à "classe média", além de 50% nomear-se "pardo" e 38% "branco". Esse quadro corrobora as ideias defendidas por Javaloy, Rodríguez e Espelt (2001) no que tange ao perfil dos participantes potenciais dos movimentos sociais, que pertenceriam a uma classe social mais elevada, com um alto nível educativo e residiriam em grandes cidades, possibilitando a satisfação das necessidades fundamentais do sujeito, uma maior participação política e um acesso direto aos efeitos da modernização.

Sandoval (1989a) complementa esse pensamento ao refletir sobre os motivos que levam a grande maioria da sociedade a não participar de movimentos sociais, sobretudo a população mais carente, associando a tendência à aceitação tácita das condições impostas com os diversos mecanismos de controle social, que desenvolvem nos sujeitos "formas de pensar o mundo da política caracterizadas por uma concretude de pensamento, fragmentária e permeada de inconsistências interpretativas e fáticas, com o objetivo de ser pouco conducente a reflexão mais

abstrata e crítica das relações sociais” (p. 68). Desse modo, as noções culturais que naturalizam as relações sociais e a sociedade tal como se apresenta somam-se as restrições da vida cotidiana para reduzir a capacidade dos indivíduos de pensar abstratamente e analisar criticamente as condições às quais estão submetidos.

Não obstante, os entrevistados contradizem o defendido por Javaloy, Rodríguez e Espelt (2001) no que tange ao nível político-ideológico e a importância da religiosidade, uma vez que este associa a predisposição para o movimento à uma posição de esquerda e baixa religiosidade, enquanto os entrevistados dividiram-se igualmente entre “direita” e “esquerda”, além de 80% atribuir alta importância para a religião, dividindo-se em “católicos”, “evangélicos” e “candomblé”, embora 32% tenha registrado não seguir “nenhuma religião”.

Os entrevistados dividiram-se igualmente entre os sexos “feminino” e “masculino”, dos quais 44% denominaram-se “gay”, 25% “lésbica”, 25% “heterossexual” e 6% “bissexual”. Em relação ao nome social, 50% respondeu utilizá-lo e apenas 56% respondeu saber o que significa.

No que tange a situação conjugal, 25% encontra-se “casado”, enquanto as categorias “sozinho” e “namorando” receberam 37,5% cada. Percebe-se, portanto, que os sujeitos entrevistados refletem a variabilidade dos atores envolvidos nos chamados conflitos antagônicos e representam o que Melucci (1999) chamou de redes de movimento, ou seja, um movimento composto por uma rede de diferentes grupos com demandas próprias, que se unem em torno de grandes mobilizações por meio de um sistema de trocas que possibilita certa unidade.

No que tange ao movimento LGBT, cada uma das letras (e todas as demais variações incorporadas, como entendido, queer, intersex ou assexuado) possuindo pautas próprias apontam para a impossibilidade de se falar em um único movimento, mas um grande “guarda-chuva” que abarca a pluralidade em todas as suas dimensões, inclusive política. Tal consideração revela-se, por exemplo, na distinção feita pelos entrevistados entre a categoria “homossexual” – denominação mais ampla que aborda ambos os sexos, mas que popularmente foi associado somente aos homens, e as categorias “gay” e “lésbica”, que vêm sendo utilizadas pela militância enquanto categorias identitárias psicopolíticas que reforçam a singularidade destes sujeitos (Silva, 2006).

Os meios de contato com a realização da Parada foram os “meios de comunicação” (56%) e a “indicação de amigos ou conhecidos” (44%), sendo que 94% “compareceu em grupo”. Enquanto 19% estava indo pela “primeira vez”, 37,5% já havia participado “cinco vezes ou mais”. Todos os entrevistados informaram outras pessoas de sua participação na Parada, em sua maioria “familiares” (81%). Em relação ao engajamento, 94% não participa de nenhum outro movimento social e 69% também não participa de outras ações promovidas pela militância do movimento LGBT ao longo do ano. Metade não teve nenhuma preparação para o evento (roupas, maquiagem e adereços), avaliando como “sem importância”, “até porque não é carnaval”. Nesse sentido, cabe mencionar novamente Melucci (1999) quando este defende que as redes que compõem os “novos movimentos sociais” possibilitam a associação múltipla a diferentes grupos, promovida pelo desenvolvimento pessoal e laços de solidariedade afetiva, porém baseada na participação parcial e de curta duração.

Mesmo assim, 62,5% dos entrevistados afirmaram mudanças significativas em sua identidade por conta da participação no movimento, uma vez que este promove uma maior conscientização a respeito dos próprios direitos e da participação em um grupo maior, associada ao sentimento de não estar só. Não obstante, ressalta-se que 19% já sofreu preconceito ou violência dentro do próprio movimento, subindo para 44% e 25%, respectivamente, quando na sociedade em geral. Por conta disso, consideram importante a presença de outros “grupos” assistindo a Parada, com destaque para as famílias, uma vez que, seja por curiosidade seja por apoio à causa, o contato com a alteridade promove a conscientização, “abre as mentes”.

De acordo com Hunt e Benford (2004) a participação em movimentos sociais, seja ela duradoura ou esporádica, provoca mudanças na identidade pessoal, no que tange a forma de ver a si mesmo e ao mundo, as relações sociais estabelecidas, entre outras. Sandoval (1989a) corrobora com esta ideia ao defender que a vivência no movimento social possibilita o rompimento, mesmo que parcial e temporário, com os mecanismos de submissão da vida cotidiana, promovendo ao sujeito a oportunidade de vivenciar novas formas de agir e se relacionar, além de experimentar uma vivência política.

Em relação à mobilização para a participação, os entrevistados dividiram-se entre “diversão/paquera” e “conscientização/conquistas de direitos”. A divisão manteve-se no que

tange a principal função da Parada, a importância e representação do evento para o entrevistado, e nos objetivos pretendidos com a participação. Destaque para as drag queens entrevistadas, que além da conscientização, destacaram como objetivo a divulgação do seu trabalho. Para além da divisão, 73% considera a Parada eficaz politicamente, sendo unânimes ao definir positivamente a parada como um evento “importante”, “perfeito”, “um evento histórico para o Brasil e para São Paulo”, “fundamental para o crescimento do país”, porque “vem melhorando a cada ano e, com isso, vai melhorando o convívio com a sociedade e o respeito ao gênero”.

Para analisar esta dicotomização entre diversão e conscientização torna-se necessário trazer à tona a discussão entre carnavalização e política que permeia o movimento LGBT e questiona sua eficácia enquanto movimento social. Para tanto, partilharemos da visão apresentada por Silva (2006) quando este defende que os aspectos festivo e político são complementares e recíprocos, decorrentes da própria complexificação da sociedade contemporânea e da consequente transformação das dinâmicas internas e externas dos movimentos sociais.

O aspecto lúdico teve início nos Estados Unidos para fazer referência ao aspecto irreverente e transgressor da condição homossexual, bem como associá-la a alegria e a felicidade – dissociando-a da violência a qual historicamente foi relacionada. Em São Paulo, o aspecto festivo ganhou espaço a partir da 3ª parada com a utilização dos trios elétricos – usados para atrair um maior público - e na presença de travestis, transexuais e drag queens, muitas vezes responsabilizadas pelos “fracassos” do movimento justamente por promover a carnavalização em detrimento das reivindicações políticas. Essa culpabilização é estimulada também pela visão estereotipada e despolitizada da mídia, que reforça os elementos carnavalescos justamente para deslegitimar a luta por direitos da população LGBT.

Conclusão

Partindo da ideia de que identidade é sempre uma questão social, política e ideológica, constituída a partir do processo de socialização e influenciada pelas condições históricas e sociais nas quais a pessoa está inserida, de modo que o singular materializa o universal, a análise das entrevistas possibilitou a compreensão dos aspectos que envolvem a mobilização para a participação na Parada do Orgulho LGBT.

A existência da Parada em si já é uma conquista no que tange a confrontação da visão homogênea de sociedade, dominada pelos padrões heterossexuais. Revela a multiplicidade de possibilidades, promove discursos de abertura que produzem impactos diretos tanto nos coletivos LGBT quanto na sociedade em geral. “A festa se torna, necessariamente, uma festividade totalmente politizada, não sendo procedente a ideia de que este evento careça de politização. (...) Se político é dar voz a quem não tem, a Parada é um evento político” (Silva, 2006, p. 325).

Melucci (1999) corrobora com esta ideia ao defender que os movimentos sociais são sempre vencedores e vencidos, vencedores porque sua mera existência afeta os códigos culturais estabelecidos e promove um retrocesso nos sistemas simbólicos dominantes, mas vencidos no sentido de que sempre haverá conflitos pela impossibilidade de se estabelecer na sociedade uma transparência total nas relações. Desta maneira, o sucesso ou fracasso do movimento LGBT não deve ser medido unicamente pelas conquistas legais de igualdade, mas pelas conquistas de ser reconhecido como diferente, e a Parada é o maior exemplo disso.

Em decorrência da socialização, a participação das pessoas no evento (mesmo com interesses diversos) sempre provocará mudanças na identidade dos sujeitos que a vivenciam, uma vez que identidade é metamorfose em busca de emancipação. A conseqüente alteração na consciência e na atividade, como constituintes da identidade, permite o rompimento com a normatividade à que os participantes estão envolvidos cotidianamente, viabilizando o exercício de uma cidadania ativa e de uma participação política, ao mesmo autônoma e coletiva.

A participação na Parada empodera o sujeito ao proporcionar uma autoimagem positiva, decorrente da identidade coletiva formada pela memória política e histórica (embora essa identificação pudesse ser maior se houvesse uma maior participação no movimento como um todo). De maneira dialética, identidade pessoal e coletiva se relacionam, pois ao mesmo tempo que possibilitam o sentimento de pertença a um determinado grupo, também interferem na autoimagem dos participantes e nos sentidos atribuídos a história pessoal.

Tolerância não é sinônimo de respeito e a simples convivência não implica necessariamente no distanciamento de preconceitos e estereótipos tão enraizados na sociedade. Nesse contexto, a parada como evento político é um grito coletivo de um público que teve sua voz destituída por séculos, possibilitando a busca de uma sociedade na qual haja o respeito pela alteridade “o que,

pela reciprocidade, implica respeitar a identidade de cada um e de todos” (Ciampa, 2004, p. 396).

Bibliografia

- Berger, Peter Ludwig; Luckman, Thomas (2004), *A construção social da realidade*, Petrópolis, Vozes.
- Ciampa, Antônio da Costa (1995), *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- Ciampa, Antônio da Costa (2004), “Fundamentalismo: a recusa do fundamental”, in Pinto, Elizabeth Aparecida; Almeida, Ivan Antônio (Orgs), *Religiões – Tolerância e Igualdade no Espaço da Diversidade*, São Paulo, Fala Preta! Organização de Mulheres Negras.
- Ciampa, Antônio da Costa (1997), *Identidade humana e as metamorfoses das metamorfoses*, Comunicação apresentada no Simpósio “Metamorfoses da Identidade no mundo contemporâneo” do Encontro Nacional da ABRAPSO de 1997, (mimeo) p.1.
- Hunt, Scott; Benford, Robert (2004), “Collective Identity, Solidarity and Commitment”, in Snow, David; Soule, Sarah; Kriesi, Hanspeter (Orgs), *The Blackwell Companion to Social Movements*, Blackwell Publishing.
- Javaloy, Federico; Rodríguez, Álvaro; Espelt, Esteve (2001), *Comportamiento Colectivo y Movimientos Sociales: un enfoque psicosocial*, Madrid, Prentice Hall.
- Laraña, Enrique (1999), *La Construcción de los Movimientos Sociales*, Madrid, Alianza Editorial.
- Melucci, Alberto (1999), *Acción Colectiva, Vida Cotidiana y Democracia*, México, El Colegio de México.
- Sandoval, Salvador Antônio Mireles (1989a), “Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais”, *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, ano IV, nº 7, pp. 61-73.
- Sandoval, Salvador Antônio Mireles (1989b), “A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais”, *Educação e Sociedade*, nº 34, pp. 122-130.
- Silva, Alessandro Soares (2006), *Marchando pelo arco-íris da política: a Parada Orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2006.
- Souza, Renato Ferreira (2006), *George Herbert Mead: Contribuições para a Psicologia Social*, Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.
- Trindade, Ronaldo (2011), “O mito da multidão: uma breve história da parada gay de São Paulo”, *Revista Gênero, Niterói*, v. 11, nº 2, pp. 73-97.